


cadernos de
PEDAGOGIA
UNIVERSITÁRIA

4



Docência no Ensino Superior: tensões e mudanças

Myriam Krasilchik

*Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação (FEUSP)*



Pró-Reitoria
de Graduação

CADERNOS
PEDAGOGIA
UNIVERSITÁRIA
USP

Docência no Ensino Superior: tensões e mudanças

Myriam Krasilchik

*Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação (FEUSP)*



MAIO 2008



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitora:

Suely Vilela

Vice-Reitor:

Franco Maria Lajolo



PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Pró-Reitora:

Selma Garrido Pimenta

Assessoria:

Profa. Dra. Maria Amélia de Campos Oliveira

Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida

Secretaria:

Angelina Martha Chopard Gerhard

Nanci Del Giudice Pinheiro

Diretoria Administrativa:

Débora de Oliveira Martinez

Diretoria Acadêmica:

Cássia de Souza Lopes Sampaio

Capa:

Sulana Cheung

Projeto gráfico (miolo) e diagramação:

Thais Helena dos Santos

Divisão de Marketing - Coordenadoria de Comunicação Social - USP

Informações:

Pró-Reitoria de Graduação - Universidade de São Paulo

Rua da Reitoria, 109 - Térreo

Telefone: 3091-3069 / 3091-3290 / 3091-3577

Fax: 3812-9562

E-mail: prg@usp.br

Site: <http://www.usp.br/prg>

Editado em Maio/2008

A pedagogia universitária na Universidade de São Paulo

É crescente a demanda por inovações pedagógicas em todos os níveis de ensino e a Universidade de São Paulo tem procurado corresponder a essa expectativa da sociedade contemporânea. Orientada por diretrizes que buscam a valorização do ensino de graduação, a Pró-Reitoria de Graduação vem desenvolvendo ações que buscam investir nos professores enquanto sujeitos do trabalho de formação, propiciando espaços para ampliar as possibilidades de sua formação pedagógica.

A realização do ciclo “*Seminários Pedagogia Universitária*” é parte de uma política institucional voltada para a melhora qualitativa do ensino e para o desenvolvimento profissional docente. Os seminários serão acompanhados dos “*Cadernos Pedagogia Universitária*”, que trarão a publicação de textos orientadores das abordagens desenvolvidas por profissionais brasileiros e estrangeiros, de grande presença no campo das pesquisas e da produção de conhecimentos a respeito da docência universitária.

Com essas iniciativas a Pró-Reitoria de Graduação disponibiliza aos professores da Universidade de São Paulo a discussão dos múltiplos aspectos políticos, teóricos e metodológicos orientadores da docência, bem como das condições que permeiam a sua realização, com a esperança de contribuir com a necessária mudança paradigmática do ensino universitário.

Docência no Ensino Superior: tensões e mudanças

Myriam Krasilchik

*Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação (FEUSP)*

ÍNDICE

Introdução	09
1. Tensões e mudanças	13
2. Alunos	17
3. Professores	23
4. Programas de aperfeiçoamento de ensino	31
Bibliografia	35

Introdução

Este seminário é uma das conseqüências de crise que leva os docentes universitários à busca de formas de facilitar e melhorar seu trabalho com os alunos tanto de graduação como de pós-graduação. É evidente um movimento nas universidades de procura de aprimoramento dos seus docentes, por meio de seminários, cursos, presenciais e a distância e projetos de tutoria entre outros. Tal movimento pode ser indicativo de maior exigência por parte dos alunos, principalmente dos cursos de graduação, e mesmo da administração da instituição.

Iniciativas diversas foram sendo formuladas como respostas a essas necessidades. O programa de Apoio Pedagógico-PAE, em que pós-graduandos auxiliam nos cursos de graduação instalado, em 2000 é um exemplo. A Pró-Reitoria de Graduação, desde 2004 instruiu Grupos de Apoio Pedagógico – GAP que funcionam em algumas das unidades da USP para discussão de problemas de ensino e busca de apoio para as questões que preocupam alunos e professores.

Um ponto polêmico sempre em discussão é a contraposição de programas integrados destinado a professores de formações variadas ou projetos ligados a uma disciplina específica ou área de co-

nhcimentos. Discute-se também o interesse da ligação desses programas com centros de serviços de produção de material didático, de planos de aula e recursos audiovisuais eletrônicos.

Os serviços pedagógicos para disciplinas específicas sofrem críticas porque segundo alguns não propiciam apoio à reflexão e formação de consciência pedagógica. Os cursos gerais consideram a formação de professores universitários em disciplinas que analisam os processos educativos no seu todo. As vantagens alegadas de grupos de apoio especializados seriam de auxiliar casos concretos de problemas criados nas situações de aulas, dos laboratórios, dos estágios dos trabalhos de campo, embasados e dependentes de conteúdos específicos que exigiriam um conhecimento especializado na área.

A minha experiência pessoal começou com grupos com formação biológica e evoluiu para o atendimento a professores e pós-graduandos das muitas unidades que compõem a USP e mesmo alunos de outras universidades. A procura por tais cursos de Metodologia do Ensino Superior que venho dando para duas turmas, anualmente uma no primeiro e outra no segundo semestre, indica que a interação de pessoas de diferentes origens, trocando informações, depoimentos, registrando necessidades é não só útil como catalizadora de uma vivência universitária coibida pelo confinamento em departamentos ou unidades especializadas.

Tenho reiterado a pergunta às turmas muito numerosas, de cerca de 70 a 90 alunos, sobre as vantagens e desvantagens dessa estrutura e tanto os depoimentos orais como os relatórios e trabalhos exigidos no curso consideram a situação vantajosa e, para muitos, única na vida universitária.

O tema do aperfeiçoamento docente é tão presente que as discussões se repetem em muitos foros dando a quem fala e escreve a sensação de estar repetindo estribilhos muito desgastados, mas necessário para orientar ações futuras transcendendo departamentos

e unidades.

Não é possível tratar adequadamente do que ocorre e deve ocorrer nas aulas sem traçar elementos da situação contextual, tanto no âmbito externo da instituição como na esfera interna para melhor entender e procurar mudar, quando necessário, o atual estado de coisas.

Fato óbvio de influência fundamental é conhecer os alunos com os quais trabalhamos. A análise das relações dos estudantes com professores, com colegas e com o estudo e com o conhecimento são essenciais para planejar e implementar corretamente os currículos e projetos pedagógicos no contexto de cada instituição.

Assim trataremos inicialmente do cenário atual da educação superior com ênfase no que ocorre nas universidades públicas paulistas, especialmente na USP. A análise da postura dos estudantes será orientadora para discussão do que se exige hoje de um professor universitário no exercício da docência.

A partir dessas premissas serão comentadas ações para subsidiar o professor nas suas decisões e tarefas.

1 Tensões e mudanças

Um conjunto de fatores no atual cenário do ensino contribui para criação de tensões que acabaram tendo reflexos nas salas de aula, laboratórios, nas relações aluno-professor e professor-aluno. Esses processos resultam de opções feitas pelas instituições e que inevitavelmente desembocam no dia a dia das escolas.

Uma poderosa fonte de tensões que desencadeia uma série de ações é grande aumento da população estudantil que pleiteia acesso ao ensino superior.

Exemplo histórico que influenciou decisivamente na atual composição do ensino superior brasileiro, com grande expansão da rede privada de instituições, foi o “movimento dos excedentes”, alunos que não ingressavam nas poucas universidades públicas e confessionais existentes no fim da década de 60. Hoje esse movimento tem outras características, pois muda a composição dos que reclamam espaço na universidade. O aumento de egressos do ensino médio, a valorização da educação superior como credencial da empregabilidade e esperança de mobilidade social geram movimentações para

melhorar a possibilidade de freqüentar a universidade.

As respostas têm sido ampliação de cursos e vagas nas Universidades públicas, apoio do governo federal e concessão de bolsas para freqüentar universidades privadas. No entanto muitas delas ficam com vagas ociosas pois os estudantes não têm meios de pagar as mensalidades e cobrir os gastos decorrentes dos estudos como condução, livros entre outros.

Além de demanda quantitativa a procura pelo acesso é exercida também por grupos diversificados que requerem inclusão, sendo os mais atuantes os movimentos negros. Há também nas Universidades tentativas de receber um maior contingente de alunos de escola pública procurando fazer com que os estudantes com capacidade mas deficiências de formação possam, ao receber compensações nos vestibulares, ingressar nas Universidades.

Dados recentes indicam que parte desses alunos consegue superar suas desvantagens iniciais e completar muito bem os seus cursos desde que tenham condições de freqüência aos mesmos. Esse resultado é pouco compensador segundo os que lutam contra ações de política afirmativa para atender a grupos excluídos, motivos de polêmicas constantes contra e a favor de cotas.

Do aumento de vagas e de instituições decorre uma diminuição de recursos financeiros e humanos, que no final da cadeia acaba sobrecarregando os professores. Estes por sua vez se deparam com alunos diferentes dos formados em cursos propedêuticos destinados exclusivamente aos vestibulandos que formavam a sua clientela básica e se ressentem das mudanças e têm dificuldades para superá-los.

O aumento das vagas leva à constituição de classes muito numerosas o que ainda agrava as dificuldades enfrentadas pelos docentes.

Em muitos casos essas classes são entregues ao professores principiantes e menos experientes, ao contrário do que recomendam

as pesquisas indicando que, como os primeiros anos são cruciais, é preciso que os professores consigam estabelecer o clima de respeito, rigor, amor ao estudo que definirá as relações dos alunos com a escola durante a sua formação.

O dilema para muitos continua como a necessidade de optar pela “massificação” ou pela manutenção do “elitismo”. Invoca-se receios de que ocorra no 3º Grau o que ocorreu nos níveis fundamentais e a expressão “massificação” tem um forte sentido pejorativo. Embora a Universidade seja beneficiada com a amostragem de alunos mais representativa da população, para muitos custa reconhecer essa vantagem.

Um outro fator de tensão que afeta profundamente o trabalho dos docentes é a dicotomia que se propõe entre ensino e pesquisa quando esta é mais valorizada pelas agências de fomento e cobrada pelos órgãos internos da Universidade.

Procedimentos criteriosos de avaliação do ensino e de sua importância como elemento de progresso na carreira acadêmica são essenciais para impedir o desequilíbrio do peso do ensino e da pesquisa incentivando os professores igualmente dedicados as duas atividades.

Esse problema é internacional e a aferição da “produtividade” pelo número e qualidade de publicações provoca uma preferência pela pesquisa em detrimento do ensino especialmente de graduação segundo a literatura internacional.

Uma outra fonte de tensão é o processo de remapeamento do conhecimento que não é mais contido nos departamentos atuais, muitos deles anacrônicos.

A necessidade de construir caminhos e pontes entre as várias áreas e culturas obriga a revisão de currículos e programas, criação de novas disciplinas exigindo reformulações que desafiam os docentes e provocam rupturas de tradições instaladas há muito tempo.

2 Alunos

Em geral os professores preocupam-se prioritariamente com o que vão ensinar, o que é desejável desde que não se esqueçam dos que vão receber tais ensinamentos, os estudantes.

Concernentes à análise, duas dimensões são essenciais à convivência entre estudantes, professores e funcionário, bem como à relação dos alunos com o estudo.

A socialização, formação de grupos, companheirismo, relacionamentos na escola são elementos que nos acompanham toda a vida e têm papel importante no desempenho escolar.

Estudos do NAEG (Núcleo de Apoio dos Estudos de Graduação) revelaram que a evasão no 1º semestre do 1º ano da graduação é muito alta. Dois fatores são identificados como determinantes para o abandono: o desencanto com as aulas e a constatação de erro na escolha do curso. Fazendo uma análise mais profunda, verifica-se a grande dificuldade desses estudantes de entrosamento na turma e participação nas atividades. Estudantes queixam-se da impesso-

alidade, seu desconhecimento pelos professores fora da aula, não serem chamados pelo nome entre outras atitudes que consideram desatentas ou mesmo desrespeitosas.

Atualmente, aparecem com certa frequência queixas de “indisciplina”, rara em outras épocas. Alunos desagregadores, desafiadores, desinteressados são alguns dos termos usados pelos docentes em contraposição aos estudantes colaboradores, atentos e interessados.

Compreender o que ocorre, evitar e mediar conflitos depende de manter a classe interessada e com boa disposição para o estudo.

Uma outra queixa muito freqüente dos estudantes é o da má qualidade das aulas, que são chamadas de irrelevantes e desinteressantes. Essa avaliação não é circunscrita ao 1º ano. Como parte dos trabalhos do curso de Metodologia do Ensino Superior já mencionado, os pós-graduandos devem entrevistar alunos de graduação e as queixas sobre as aulas estão presentes desde os semestres iniciais até as atividades de finais de curso, o que se constitui em preocupante indicador de necessidade de ações para transformar essa realidade.

Relações com o estudo – Em 1976, Marton e Säljo, em um trabalho crucial, começaram a analisar como os alunos estudam e que interesses procuram atender.

A expansão desses estudos permite hoje identificar diferentes posturas sendo que a classificação básica feita a partir das pesquisas dos autores mencionados divide os alunos em superficiais e profundos. Essa tipologia não é valorativa, mas apenas distingue entre a motivação e aprendizado.

O aluno superficial tem interesses externos: quer receber boas notas, agradar professores, familiares e fazer bom papel no seu grupo. Memoriza informações e fatos não relacionados considera as tarefas imposições externas. Preocupa-se em armazenar informações muitas vezes esparsas e desconexas que esquece com rapidez. Seu

envolvimento com o estudo é por obrigação.

O aluno profundo tem outras motivações. Ele quer compreender e vai além do que lhe é dado na escola, consultando bibliografia, por conta própria, perguntando ao professor, dentro e fora da aula, discutindo os temas com os colegas. Relaciona teoria à experiência do cotidiano, focaliza o que é significativo. Organiza e estrutura conhecimento em um todo coerente. Procura conexões dos temas nas disciplinas e entre as disciplinas buscando compor um quadro geral que sintetize o que aprendeu em uma visão interdisciplinar. Seu envolvimento com o estudo é prioritariamente o prazer de aprender e satisfação pessoal.

A postura dos alunos depende das disciplinas, do professor, da etapa do curso, que significa que o aluno pode ser profundo segundo um professor e superficial para o de outra disciplina. As diferenças entre os alunos estão resumidas no seguinte quadro:

ORIENTAÇÃO PARA O ESTUDO

Abordagem	Superficial	Profunda
Estrutura	Atomística	Holística
Significado	Reprodução	Compreensão
Motivação	Extrínseca	Intrínseca
Objetivo	Sucesso	Aprendizado

No decorrer dos trabalhos nesse campo foi considerada uma outra categoria: o aluno estratégico, ou seja, o que se organiza para atender as exigências, dividindo o tempo das tarefas para melhor desincumbir-se e obter melhores resultados. De acordo com os depoimentos nas já mencionadas entrevistas, os alunos estudam nas vésperas de provas, faltam às aulas para preparação das avaliações e limitam-se a ler o mínimo exigido.

O excesso das aulas na grade horária obriga a esses artificios para ir bem nos cursos. Creio que as explicações dos estudantes, muitas

delas em forma de queixas, obrigam a refletir e repensar os nossos projetos pedagógicos. Pesquisas demonstram que quando os cursos envolvem alunos em atividades além da mera presença nas aulas para ouvir preleções, estes evoluem de superficial para profundo.

Muitos professores que confundem impertinência ou mesmo, desafio de alunos que exigem além do que é dado em aula, precisam rever seus conceitos e apreciar e dar valor aos esforços dos alunos que querem ir além e ampliar seu conhecimento.

A evolução e mudanças da ciência e a derrubada de muitas fronteiras que separavam as tradicionais disciplinas obrigam a revisão das delimitações dos campos de conhecimento criando problemas acadêmicos de ensino e pesquisa.

O docente precisa rever seus cursos estruturados muitas vezes há muitos anos. Isso exige estudos, compilação de novas bibliografias, estruturação de novas disciplinas provocando alterações na disposição dos espaços, dos territórios de poder, da posse de equipamentos. Enfim em alguns casos causam verdadeiras convulsões, com traumas de resultados desastrosos. Alguns docentes optam por ignorar as novas exigências e continuam trabalhando como antes sem admitir a necessidade de revisão outros criam conflitos.

O remapeamento dos campos de conhecimento, o aumento das informações que restringe a capacidade de armazenar e transmitir todas as informações, idéias, conceitos deve mudar a relação professor-aluno. É preciso dar aos discentes a capacidade de estudar e aprender individualmente ou em grupo, independentemente da atenção contínua do professor.

Essa situação também altera a posição do docente e cria novas funções e obrigações. Nesse campo outro elemento interfere como fonte de tensão. A necessidade de amalgamar a cultura impressa preponderante em todas as atividades acadêmicas com a cultura digital cada vez mais significativa, necessária e presente.

Enquanto a cultura impressa fundamenta-se em trabalho individual, isolado, que quando muito é limitado à crítica do que se vê ou ouve, a cultura digital implica em produção coletiva, em trabalho cooperativo.

Nessa busca de composição dos dois processos de trabalho docentes e discentes têm que assumir novas posturas e procurar em conjunto a conciliação das duas culturas.

Também como consequência do aumento da demanda por vagas amplifica-se a criação de um novo espaço acadêmico; a chamada educação à distância-EAD. Mal compreendida por muitos, é criticada em posição tradicionalista e incapaz de abrir novos horizontes e delegar aos estudantes a responsabilidade pelo estudo.

Essa postura é extremamente vinculada à visão disciplinarista e autoritária de docente que presencialmente orienta e conduz o estudo, dirige os trabalhos, toma decisões e avalia, concentrando a responsabilidade pelo ensino e aprendizado, assumindo toda a responsabilidade e poder.

Mas independentemente dessa reação, cada vez mais se difunde a idéia que tanto para os cursos regulares como para os chamados EAD não há como circunscrever a ecologia escolar aos espaços tradicionais e confinar todos os alunos às salas de aula, laboratórios e mesmo em trabalhos de campo tutelados e dirigidos por professor especializado.

A situação exige das Universidades, criatividade e ousadia para fundamentar, planejar e implementar novas soluções usando tanto os elementos da cultura impressa como da cultura digital.

Fator cada vez mais influente no ensino superior em nível internacional é a globalização. Os movimentos de unificação de currículos que tem como um dos elementos significativos o tratado de Bolonha de junho de 1999, em que 22 ministros da União Européia se comprometeram a fazer esforços comuns para unificar muitas

das regras e procedimentos para funcionamento das instituições de ensino superior.

Segundo P.G. Altbach editor do International Higher Education, “O que é globalização e como afeta a política e instituições acadêmicas de ensino superior? A resposta é aparentemente simples e suas implicações surpreendentemente complexas. Para o ensino superior globalização significa o amplo conjunto das forças sociais, econômicas e tecnológicas que talham as realidades do século 21”.

As nossas escolas são diretamente afetadas pelas descrições esboçadas de mudanças curriculares, estruturações de cursos, criações de disciplinas visando a homogeneização dos sistemas europeus.

Além disso, a competição internacional é acirrada e países em desenvolvimento enfrentam competições com as instituições de países desenvolvidos em termos financeiros, publicações, dificuldades de língua entre muitas outras.

A luta é contínua para garantir apoio tanto acadêmico como financeiro aos conjuntos do sistema e receber, manter e formar alunos qualificados como profissionais e cidadãos.

3 Professores

Pesquisa da Pró-Reitoria de Graduação publicada em 2005 demonstra que 87% dos docentes na USP trabalhavam em tempo integral, RDIDP, 10% em regime de tempo completo RTC e 3% em regime de tempo parcial. Na época da pesquisa a maioria dos docentes lecionava de 10-29 anos, portanto professores experientes.

A maioria dedicava à graduação e pós-graduação de 20 a 60% do tempo. Os dados indicam também que o tempo que usam nas atividades de pós-graduação e graduação é praticamente equivalente ao que gostariam de usar, porém manifestam desejo de aumentar o tempo disponível para atividades de pós-graduação/pesquisa e extensão.

A partir dos dados da pesquisa o relatório propõe inclusão na agenda da USP entre outras as seguintes medidas:

- oferecimento (incentivo) de formação para a ação pedagógica contínua;
- criação de espaços de discussão da prática docente;
- implementação de política de incentivo à pesquisa sobre ensino

superior;

- adoção para a graduação de um sistema de avaliação que contenha indicadores claros e bem definidos da qualidade de ensino;
- valorização por parte da Universidade, das Comissões de Graduação e das Comissões de Coordenação de Curso.
- adoção de novos critérios, pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho – CERT – na promoção funcional do docente que considere com maior peso, as atividades de graduação.

Esses trabalhos iniciados em 2004 e que continuam na gestão atual, buscam melhorar um ensino que justa ou injustamente sofre críticas. Mantêm sempre em pauta formas de interessar os docentes e minimizar os efeitos das avaliações externas que priorizando a pesquisa usando como referência básica as publicações em revistas catalogadas como de qualidade diminui o interesse para melhorar o ensino. Portanto, a avaliação de professores necessita o desenvolvimento e uso de processos que permitam auto avaliação e aferição institucional para efeitos de monitoramento do trabalho, atribuição de funções e progresso na carreira.

Pesquisas nesse campo são numerosas e vêm sendo intensificadas como: conseqüência das tensões que rondam o trabalho da Universidade e que como já mencionado inúmeras vezes desembocam na sala de aula e interferem profundamente na atividade acadêmica lembrando que as pesquisas devem beneficiar o ensino no cotidiano.

Na introdução do seu inestimável livro *Efctive Teaching in Higher Education: Research and Practice*, editado por R. Perry e J.C. Smart, afirmam “a evidencia consistente que a organização e a clareza das aulas estão diretamente ligadas ao desempenho dos estudantes, por exemplo, dá uma mensagem clara sobre como planejar as aulas.”

Esses autores acrescentam “é preciso basear o trabalho em dados empíricos e não em especulação anedótica”, permitindo que as

decisões sejam fundamentadas em evidências. Muitas pesquisas resultantes do uso de instrumentos válidos e fidedignos indicam que o bom desempenho dos professores deve ser analisado como um processo multidimensional.”

Fatores que influem são: entusiasmo, aprendizado dos estudantes, organização, capacidade de criar um clima satisfatório confortável, promover a interação no grupo e ter bom relacionamento com os estudantes. O conteúdo do curso, exames, carga de trabalho compõem um outro conjunto de fatores que são identificados na tentativa de analisar o desempenho dos docentes. Avaliações de professores são em geral muito controvertidas porque sejam feitas por pares, alunos ou administradores podem significar ameaças ao emprego, promoção, ou boa convivência com os colegas e estudantes.

Por exemplo, um bom apresentador é organizado, entusiasmado, suas aulas abrangem o conteúdo desejável, uma outra faceta será o de regulador que controla de forma adequada a carga e qualidade dos trabalhos e das provas e avaliações, ainda em uma outra dimensão de análise as relações individuais com os alunos, com o grupo e a capacidade de criar uma atmosfera agradável em que os estudantes fiquem a vontade sentindo-se bem.

A avaliação dos alunos admite diferenças entre os professores que não necessariamente precisam ser excelentes em todas as dimensões.

Venho usando um questionário para análise de trabalho do professor como catalizador de discussões no curso de pós-graduação e os resultados são bastante consistentes nos cinco semestres em que o exercício foi feito. Peço aos pós graduandos que dêem nota ao melhor professor que tiveram.

As melhores pontuações são atribuídas ao conhecimento do professor, boa preparação, clareza. As mais baixas recaem sobre o convívio com os alunos: o professor não é caloroso, amigável, aces-

sível fora da aula. São criticados também os textos e a carga de tarefas que precisam fazer.

No entanto, apesar das críticas, das múltiplas dimensões a considerar para dar à docência a mesma importância que tem as publicações na avaliação, é preciso criar e aperfeiçoar os instrumentos já existentes que embasem decisões de chefias, de comissões, de bancas ou outros responsáveis.

A opinião dos alunos, apesar das dúvidas que possam suscitar favorecendo docentes populistas ou desmerecendo professores mais rigorosos, têm demonstrado que são preciosas nas tomadas de decisão.

Características de professores também valorizadas pelos alunos apresentados na literatura do assunto são aqueles que assumem valores que fundamentam seu trabalho, são conscientes do contexto sócio econômico em que o seu desempenho ocorre e participa do desenvolvimento cultural, assumindo responsabilidade pelo seu próprio aperfeiçoamento.

Para ampliar as fontes de informação no plano internacional cada vez mais se expande o uso do Portfólio que seria o “arquivo pessoal do professor” (Edgerton, Hutchings, Quinlan) por analogia aos portfólios de arquitetos, fotógrafos, pintores.

As vantagens de portfólios às tradicionais provas didáticas dos concursos são várias: não é pontual, permite uma visão da história pessoal do professor, suas reflexões e a realidade de seu ensino.

Os formatos e conteúdos podem variar assim como variam os memoriais, mas alguns itens possíveis são:

1 – Produtos de ensino

Resultados dos alunos

Exemplares de textos, manuais de laboratório

2 – Publicações de alunos

Descrição do trabalho

Lista de cursos que ministrou

Materiais de apoio produzidos

3 - Indicação de procedimentos para melhorar seu desempenho

Cursos, seminários, congressos que freqüentou

Bibliografia que usa

Pesquisas sobre ensino que realiza

Associações das quais participa

Publicações de livros didáticos e de material em revistas especializadas em ensino.

4 – Opiniões externas

Avaliação de alunos

Avaliações de pares

Convites para dar cursos, palestras, conduzir seminários

Depoimentos informais de colegas, famílias, alunos.

Admite-se que o portfólio pode apresentar de forma organizada alguns dos múltiplos e complexos aspectos do ensino não só no nível individual. Podem servir para uma rigorosa avaliação institucional e incrementar os procedimentos de pesquisa em ensino tão necessários para que a docência tenha peso equivalente ao que tem as publicações a produção na análise do desempenho dos acadêmicos. Bem usados, os portfólios podem apoiar as mudanças que vem ocorrendo nos campos de conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade em discussões, debates de temas em pauta para

as mudanças resultantes das movimentações na ciência, na cultura, nas artes.

A própria organização e foco do portfólio já são indicativos das concepções básicas, das decisões curriculares e das possibilidades de mudanças ou do atrelamento às tradições e manutenção da situação existente.

No momento em que as instâncias legais dos sistemas universitários MEC, Secretarias de Educação, Conselhos Nacional e Estaduais e Municipais de Educação assumem funções de regulação, avaliação e supervisão das instituições de ensino superior, fazem exigências para processos de autorização e credenciamento dos cursos e se propõem fechar cursos inadequados, o desempenho de docentes passa cada vez mais a ser significativo na caracterização da excelência acadêmica e estabelece novos desafios para manter e rever concepções de universidade, princípios, valores e prioridades. Além de atender aos organismos oficiais, a sociedade estabelece comparações e cobra resultados dos recursos que investe principalmente no ensino público em dados amplamente divulgados pela mídia.

A definição de claras questões em educação precede a proposta de soluções e, portanto não basta prescrição de comportamentos, uso de novas técnicas e de recursos se não houver aceitação de princípios que levem a mudanças de concepção de universidade e de profissional e cidadão que queremos formar.

Defendemos como muitos que a forma de ensinar melhor é aprender como e porque os alunos aprendem.

Cada vez mais a aceitação de que cada um de nós estuda e reconstrói o conhecimento com base em características e interesses profissionais, faz com que objetivo de desenvolver a meta cognição esteja presente nas preocupações, nas pesquisas e discussões sobre o ensino superior.

A etapa mais elevada na hierarquia de objetivos educacionais

propõe que o estudante se faça perguntas de como aprendo? quando sei que estou aprendendo? Que auxílio devo procurar para atingir melhor meus objetivos? Entendi ou li o que ouvi? Como rever meu plano de estudo se não estiver dando certo?

Kolb, ao estudar o aprendizado, desenvolveu uma tipologia para explicar as várias modalidades. Algumas pessoas preferem ter experiências envolvendo-se diretamente e também com outras pessoas no aprendizado. Outras preferem começar por analisar teoricamente o problema e planejar uma forma de abordá-lo.

Essas opções são as que iniciam o processo de obtenção de informações. Para processar a informação e incluí-la em seu quadro de análise, o autor admite de novo uma dicotomia de abordagem: experimentação ativa: aprender fazendo ou por observação; experimentação reflexiva: aprender observando e ouvindo.

A partir dessas premissas, Kolb divide os estilos de aprendizagem em:

Convergentes – que aplicam idéias a problemas práticos na busca de respostas claras e corretas;

Divergentes – que procuram ver diferentes facetas de uma mesma questão e buscam possíveis diferentes soluções para as mesmas;

Assimiladores – mais interessados em conceitos abstratos do que em objetos e pessoas;

Acomodadores – fazem tentativas e erros dinamicamente com ajuda de outras pessoas até chegar à conclusões próprias.

Muitas vezes preferências iniciais no curso variam em função das necessidades profissionais e o aluno muda o seu estilo de aprendizagem.

Essas mudanças indicam que as atividades escolares devem estabelecer conexões da teoria com a prática, do acadêmico com o cotidiano, das experiências pessoais com as escolares.

A busca de equilíbrio entre as inúmeras funções acadêmicas e pessoais mantendo-se sempre próximo dos seus usuários, alunos, colegas, agências de fomento, exige esforços extras mas compensadores quando se verifica os seus resultados no ensino e na pesquisa e em projetos efetivos de trabalho baseados tanto nas convicções pessoais como nos objetivos do sistema ao qual se pertence.

Tal projeto demanda capacidade de identificar a preferência de estilos de ensino, concepções de currículo, modalidades didáticas, processos de avaliação com fundamentação teórica, resultados de pesquisa e condições de trabalho que devem ser aferidas nas avaliações e portfólios.

Para explicitar seu próprio sistema de valores é preciso relacionar a diversidade de alunos ao processo educacional, as estruturas sociais e seus propósitos baseados em valores e princípios éticos.

Como o conjunto em que operamos é dinâmico e está em constante mudança, a busca de informações, trocas de experiências é incessante mas satisfatória porque permite dividir dúvidas e anseios, derrotas e conquistas, mantendo sempre a expectativa de melhora, de mais sucesso e possibilidade de contribuir tanto na esfera imediata, como no âmbito institucional e mesmo na esfera externa das políticas e medidas oficiais.

4 Programas de aperfeiçoamento de ensino

Várias questões interferem no processo de aperfeiçoamento didático, que independem da disposição individual do professor.

Currículos são estruturados majoritariamente em instituições que legislam sobre o ensino que elaboram diretrizes gerais como por exemplo, o MEC que explicita em suas Diretrizes gerais cinco competências:

- domínio de linguagens
- compreensão de fenômenos
- construção de argumentações
- solução de problemas
- elaboração de propostas

Essas diretrizes reforçam a idéia que há aspectos do ensino que podem e devem ser discutidos por grupos ecléticos que apontam visões oriundas de diferentes culturas acadêmicas e que confluem para formação geral.

No entanto, muitas dessas discussões não atingem os professores que recebem incumbência de ministrar uma disciplina sem ter condições de estudar seu papel na grade curricular, conexões verticais e horizontais com os outros conteúdos e objetivos que estruturam o programa. São raros os casos em que grupos de professores podem planejar conjuntamente seus cursos decidindo por opções pedagógicas comuns com modalidades didáticas complementares.

É necessário lembrar ainda que do currículo proposto no nível de decisão dos conselhos e comissões das escolas – currículo teórico sofre uma série de transformações até chegar à realidade da sala de aula onde se torna o currículo real.

As condições de trabalho, o conjunto dos alunos, o tempo disponível pelas atividades afetam o desempenho do professor, criando o que se chama de currículo oculto, que se manifesta como fatores ambientais desde a disposição das mesas, atenção dos funcionários, entre muitas outras.

Portanto, programas de aperfeiçoamento didático têm que levar em conta diferentes situações e tentar fazer com que os esforços não sejam individuais e passem a ser um trabalho de equipe em que todos estejam comprometidos com os mesmos princípios e propósitos.

Quando isso não é possível, mesmo a transformação interna de uma disciplina colocando o aluno como o cerne das preocupações, além de beneficiar o grupo pode transcender os limites da classe e trazer outros professores para tentar mudar seu trabalho.

Na Universidade de São Paulo uma iniciativa que continua dando bons resultados é o Programa de Aperfeiçoamento Pedagógico – PAE. Pós graduandos, sob a supervisão de um professor, ajudam nos cursos de graduação. A idéia básica quando foi criado era a de permitir que cada Unidade encontrasse soluções próprias. No início do programa, que foi instalado na minha gestão na vice-reito-

ria, houve objeções por temor de que os alunos passassem a fazer o trabalho dos professores como ocorre em alguns países com os “teaching assistant”.

Como os temores foram infundados, hoje esse projeto está em pleno funcionamento, embora a liberdade inicial que era um de seus pilares esteja bastante cerceada principalmente por determinações da CAPES.

As soluções foram diversificadas e bastante bem sucedidas. Na maioria dos casos a maior facilidade de contato e liberdade no trato diário serviram para auxiliar os alunos da graduação a tirar dúvidas, expor idéias, propor mudanças, discordar das avaliações, criando um clima de diálogo benéfico para todos os envolvidos.

Ainda assim, uma das intenções básicas persiste: fazer professores com diferentes experiências trocarem idéias para planejar e executar suas aulas.

A valorização dos docentes pelos alunos, mesmo que não acompanhadas por colegas e superiores, pode ser estímulo para enfatizar o ensino de graduação e levar a que a instituição mesmo nas atuais condições de trabalho de classes numerosas, estudantes frequentando as aulas, diminuição de recursos financeiros e humanos o ensino de graduação, possa transformar seu eixo de interesse concentrando-se no aluno como uma das formas do ensino superior enfrentar a realidade do começo do século 21.

A ampliação e diversificação do corpo estudantil, hoje aberto a grupos outrora excluídos pelo gênero, pelo nível sócio econômico, por diferenças étnicas, demanda revisão de posturas, concepções e procedimentos. Os programas de aperfeiçoamento pedagógico têm um efeito essencial para que o ensino de graduação e pós graduação passe a ser componente dinâmico e inovador do ensino superior.

Bibliografia

- ALTBACH, P. G. **Globalization and Forces for change in Higher Educational – International Higher Education**. Number 50, p. 2, Boston, 28 p. 2007.
- BOLONHA Declaration. **The European Higher Education Area**, 1999.
- BIREAUD, A. **Os métodos no ensino superior**. Porto, Porto Editora, 223 p., 1995.
- EDGERTON, R.; HUTCHINGS, P.; QUINLAN, K. **The Teaching Portfolio: Capturing the scholarship of teaching**. Washington: American Association for Higher Education (AAHE), 66 p. 2005.
- MARTON and SÁLJO. On qualitative differences in learning outcome and process. **British Journal of Educational Psychology**, 46: 115-27, 1976.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Graduação. **GAP. Relatório de pesquisa: atividades de docentes da Universidade de São Paulo**. 24 P. 2005.
- WANKAT, P. **The effective efficient professor**. Boston: Allyn and Bacon, 292 p. 2002.



A Pró-Reitoria de Graduação e o GAP - Grupo de Apoio Pedagógico elaboraram os "Cadernos de Pedagogia Universitária" com o objetivo de colocar em discussão possibilidades para a formulação pedagógica dos docentes da USP e debater experiências de formação implementadas em vários contextos institucionais. Nesta quarta edição, o texto da professora Myriam Krasilchik, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, aborda as tensões que se fazem presentes nas salas de aula, nas relações aluno-professor e professor-aluno.



PRÓ-REITORIA DE
GRADUAÇÃO